



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 230/2020**

O **MUNICÍPIO DE SALVADOR**, por intermédio da Secretaria Municipal da Saúde, CNPJ nº 13.927.801/0005-72, situada à Rua da Grécia nº3-A, Edf. Caramuru, Comércio, CEP 40.010-010, Salvador – Bahia, neste ato representada pelo seu titular Dr. Leonardo Silva Prates, devidamente autorizado por ato de delegação do Sr. Prefeito Dr. Antônio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, pelo Decreto publicado no D.O.M. de 10 de julho de 2019, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a **ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO - ASM** CNPJ nº 27.324.279/0001-15, situado à Avenida Tancredo Neves, 620, Edf: Empresarial Mundo Plaza, sala 2701/2705 Caminho da Arvores – Salvador/BA – CEP 41.820-020, Tel.: (71) 3034-0103, e-mail: asaudem@outlook.com, neste ato representada pelo **Sra. Regina Célia Marques de Souza Silva**, portador da Carteira de Identidade nº 0680715312 e do CPF nº 044.827.348-96, doravante denominada apenas **CONTRATADA**, celebram o presente contrato, com o fundamento no art. 24, Inciso IV da Lei Federal nº. 8.666/1993, art. 4º da Lei Federal nº 13.979/2020, Lei Municipal nº 8.631/2014 que Disciplina as relações entre o Município e as Organizações Sociais, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 28.232/2016 e demais normas e regulamentações aplicáveis bem como, mediante as cláusulas e condições aqui discriminadas.

Processo Administrativo nº 6352/2020

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1 Constitui objeto do presente contrato a Contratação de entidade qualificada como Organização Social (OS) para atuar na Gestão, Planejamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha (HCAMP-WET 'N WILD) – Lote 1, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Fazem parte integrante deste Contrato os seguintes anexos:

- ANEXO I – Projeto Básico;
- ANEXO II – PROPOSTA DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI;
- ANEXO III – EQUIPAMENTOS HOSPITAL DE CAMPANHA;
- ANEXO IV – METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS;
- ANEXO V – Quadro Orçamentário Analítico – Planilha de Custos;
- ANEXO VI – Quadro detalhado de despesa de Pessoal;

**CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO**

2.1 O prazo de vigência do Contrato é de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data da assinatura do contrato, prorrogáveis por período sucessivos, enquanto perdurar a necessidade de enfrentamento dos efeitos da situação de emergência da saúde pública.

2.1.1 **Poderá ser rescindido cessado o estado emergencial de caráter internacional ou findo os efeitos do Decreto Municipal de emergência em razão do novo Coronavírus, sem direito a qualquer indenização sendo quitado os serviços efetivamente prestados.**

**CLÁUSULA TERCEIRA – RECURSOS FINANCEIROS**

3.1 Os recursos financeiros para execução do objeto deste Contrato serão obtidos mediante:

- I – Repasses financeiros provenientes do Poder Público;
- II – Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras;
- III – Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos, quando autorizado pela CONTRATANTE;
- IV – Rendimentos de aplicações dos ativos financeiros.

**CLÁUSULA QUARTA– REPASSES FINANCEIROS**

4.1. Pela execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em R\$ 30.483.666,78 (trinta milhões quatrocentos e oitenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos), sendo R\$ 30.483.666,78 (trinta milhões quatrocentos e oitenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos) destinado às despesas de custeio, mediante parcelas mensais.

4.2. Conforme o Decreto Municipal nº 23.856/2013, os pagamentos aos fornecedores dos Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta somente serão efetuados mediante crédito em conta corrente mantida no **BANCO BRADESCO S/A**, salvo as exceções do art. 5º, parágrafo único, do referido Decreto.

4.3. O valor do contrato destinado às despesas de custeio será repassado em 06 (seis) parcelas mensais nos valores conforme quadro a seguir:



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

| ESPECIE                               | Valor em R\$  |
|---------------------------------------|---------------|
| Valor Estimado Mensal                 | 5.080.611,13  |
| Valor Estimado do Contrato (180 dias) | 30.483.666,78 |
| <b>VIGÊNCIA DO CONTRATO 180 dias</b>  |               |

4.4. Após a assinatura do contrato, a CONTRATADA emitirá a nota fiscal da primeira parcela que será repassada em até 10 (dez) dias úteis e as demais parcelas até o 10º (décimo) dia útil, após a apresentação da prestação de contas do mês anterior, ficando a liberação da segunda parcela condicionada à apresentação da prestação de contas do primeiro mês, a terceira parcela condicionada à aprovação da prestação de contas da primeira e a apresentação da prestação de contas da segunda, à liberação da quarta parcela, condicionada à aprovação da prestação de contas da segunda e a apresentação da prestação de contas da terceira e assim sucessivamente, não impedindo descontos posteriores relativos à avaliação das metas, quando assim for necessário e definido pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, tendo em vista a variabilidade de prazo da aprovação da produção, seja pelo julgamento do avaliador, pela liberação da crítica pelos sistemas de informações ambulatoriais do Sistema Único de Saúde/SIA/SUS e Sistema VIDA+ ou pela reapresentação de glosas, situações que alteram o total de produção ficando sob responsabilidade da Comissão julgar e definir tais situações.

4.4.1 Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante a liberação de 6 (seis) parcelas sendo o valor composto por uma parte fixa equivalente a 70% (setenta por cento) do orçamento mensal e uma parte variável equivalente a 30% (trinta por cento) do orçamento mensal, que corresponde a avaliação trimestral dos indicadores de desempenho qualitativo e quantitativo; dispostos no **Anexo IV- Metas de Produção** do Projeto Básico.

4.5. Os recursos financeiros transferidos pelo Município à execução do objeto deste Contrato serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva vinculada a este contrato, a ser aberta pela Contratada, de modo que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da CONTRATADA. Esta conta deverá ser apresentada à Contratante no prazo máximo de 15 dias a partir da assinatura do Contrato.

4.6. Todos os repasses da CONTRATADA serão realizados exclusivamente mediante cheque nominativo, ordem bancária; Transferência Eletrônica Disponível (TED) em que fiquem registradas a destinação do valor e a identificação do respectivo credor ou beneficiário, não sendo permitido saque em espécie de qualquer valor.

4.7. Os recursos financeiros repassados à CONTRATADA poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação se revertam, exclusivamente, aos objetivos deste contrato.

4.8. A CONTRATANTE descontará do repasse mensal o valor correspondente a meta não alcançada, até o limite de 30%, de acordo com o Quadro de Metas Quantitativas e Qualitativas, Critérios para o Repasse, Avaliação e Valoração das Metas Quantitativas e Qualitativas. Também serão descontados da Contratada os valores não comprovados e não aprovados na prestação de contas pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.

4.9. Os recursos financeiros que forem repassados pelo Município ou adquiridos em virtude do contrato deverão estar vinculados ao cumprimento das metas pactuadas, conforme avaliação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.

4.10. Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma estabelecido pela CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada para recebimento dos pagamentos, tendo reconhecido as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados que estejam previstos neste contrato.

4.11. É expressamente proibida a celebração pela CONTRATADA de contratos de cessão fiduciária de créditos oriundos da execução deste contrato, em qualquer hipótese, ou a vinculação de recebíveis para o pagamento de contratos de financiamento eventualmente celebrados pela mesma.

4.12 As despesas decorrentes de provisionamentos, conforme detalhada em proposta, apenas serão pagas à CONTRATADA quando da solicitação prévia da ocorrência do evento em processo separado.

4.13 Após o repasse caberá a Contratada apresentar a comprovação do pagamento no processo de prestação de contas mensal, sob pena de devolução do valor.

4.14 Caberá à CONTRATADA, nos processos de pagamento, demonstrar com base na folha mensal, o valor que deverá ser provisionado pela SMS, baseado nos percentuais de encargos apresentados na planilha de encargos sociais, conforme



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

modelo fornecido. O valor mensal a faturar do Contrato de Gestão, deve ser resultante do abatimento das parcelas provisionadas, onde caberá ao CONTRATANTE realizar a reserva através de Pré-Empenho.

4.15 São consideradas despesas de provisionamento as parcelas referentes a férias (incluindo o terço constitucional), 13º salário, auxílio doença, acidente de trabalho, faltas legais, férias sobre licença maternidade, licença paternidade, Aviso Prévio Trabalhado, Aviso Prévio Indenizado, Indenização Adicional, Indenização referente a Multa do FGTS (40% do trabalhador e 10% contribuição obrigatória), Incidências dos encargos, Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado e incidência do FGTS exclusivamente sobre o afastamento superior a 15 dias por acidente de trabalho.

**CLÁUSULA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

5.1. As despesas deste contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:  
 Despesas de Custeio:

| UNIDADE GESTORA | FONTE | PROJETO/ATIVIDADE  | ELEMENTO DE DESPESA |
|-----------------|-------|--------------------|---------------------|
| SMS             | 091   | 10.302.0002.232900 | 3.3.90.39           |

**CLÁUSULA SEXTA – DO PROJETO BÁSICO, METAS E INDICADORES**

6.1 É parte integrante deste Contrato o Projeto Básico com as metas a serem atingidas e com os respectivos prazos de execução, de acordo com os critérios objetivos de avaliação de desempenho, inclusive mediante indicadores de qualidade e produtividade.

**CLÁUSULA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

7.1 O presente contrato terá o seu valor irrevogável.

7.2 O contratado fica obrigado a aceitar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões ao objeto contratado em até 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Para o atendimento de suas competências cabe à contratada, além das obrigações constantes nas especificações técnicas dos anexos, bem como dos diplomas legais que regem a presente contratação, as seguintes responsabilidades:

- I. Atendimento indiferenciado aos usuários dos serviços objeto deste Contrato;
- II. Indicação de que, em caso de extinção da Entidade ou rescisão do Contrato, o seu patrimônio, os legados e as doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município ou ao de outra Entidade, qualificada na forma desta Lei, ressalvados o patrimônio, bens e recursos pré-existentes ao Contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos;
- III. Adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Entidade, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas;
- IV. Estipular como limites e critérios a serem utilizados para despesas com remuneração, salários e vantagens de qualquer natureza no pagamento dos dirigentes e empregados da Entidade, sendo utilizado níveis compatíveis com os valores médios de mercado praticados na rede privada de saúde;
- V. Conhecimento das alterações de perfil epidemiológico do território adstrito a Unidade Assistencial que interfiram na operacionalização dos serviços, bem como no cumprimento e no alcance das metas propostas.
- VI. Boa operacionalização da Unidade Assistencial, devendo para tal disponibilizar de estrutura física com equipamentos, mobília, arsenal, ofertados pelo governo municipal, com devido controle patrimonial;
- VII. Garantia de suprimento dos equipamentos, correlatos, acessórios e insumos para implantação da rede lógica da informática – TIC, incluídos aí os softwares e provedores necessários para o funcionamento da Rede de Informação e Comunicação virtual (internet), conforme definições na Proposta do Núcleo de Tecnologia da Informação, como responsabilidade da Contratada;
- VIII. Definição pela Entidade, quanto a reposição do material médico hospitalar e de consumo, necessários a boa funcionalidade da Unidade Assistencial;
- IX. Contratação de profissional com remuneração superior aos limites estabelecidos na programação, em casos excepcionais, e caráter temporário, pela Entidade, mediante autorização prévia e expressa do órgão deliberativo, visando à continuidade da prestação dos serviços. A contratação deverá ser imediatamente submetida à apreciação do Poder Público, através da Secretaria Municipal da área de atuação da entidade, e não importará em incremento dos valores do Contrato;



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- X. Responsabilização pela Entidade quanto à gestão e controle dos documentos, mormente prontuários médicos, do período anterior à sua gestão, retroagindo a documentos datados de  $\leq 20$  anos, como outorgado em legislação que mantém obrigatoriedade de guarda pelo referido período;
  - XI. Manutenção pela Entidade do Alvará Sanitário da Unidade Assistencial atualizado junto à Vigilância da Saúde Municipal;
  - XII. Obrigatoriedade de publicação ao final do contrato, no Diário Oficial do Município, de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do contrato de gestão;
  - XIII. Obrigatoriedade de comprovação de que a entidade possui regulamento próprio para contratação de obras e serviço, compras e contratação de pessoal com recursos públicos concedidos a título de fomento, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública;
  - XIV. No Rateio de despesas compartilhadas com a matriz ou núcleo gerencial da instituição, a Organização Social deverá discriminar o valor total do serviço contratado e o valor rateado para o contrato de Gestão, não podendo ultrapassar o índice de 2,5% ao mês, em relação ao valor mensal contratado.
  - XV. Manter pleno e perfeito funcionamento dos equipamentos necessários ao atendimento assistencial, especialmente os equipamentos de ventilação mecânica.
- 8.2. As despesas efetuadas pelas Organizações Sociais de Saúde e classificadas como rateio da sede deverão atender aos seguintes critérios:

- I – rastreabilidade;
- II – clareza;
- III - desdobramento analítico de sua composição;
- IV – proporcionalidade.

8.2.1. Entende-se por rastreável a despesa cuja comprovação deverá ser documental permita a realização de conciliação bancária entre todas as contas bancárias destinatárias dos recursos do contrato de gestão para verificação de que seu pagamento tenha ocorrido com tais recursos.

8.2.2. Entende-se por clareza a indicação da despesa por expressão usual de mercado sob a qual não paire controvérsia e significado

8.2.3. O desdobramento analítico das despesas que compõem o rateio;

8.2.4. As despesas rateadas entre dois ou mais contratos de gestão devem ter seus valores custeados de forma proporcional, tendo como parâmetro vincular o valor do Contrato de Gestão e a totalidade dos colaboradores da Organização Social de Saúde.

**CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

9.1 A CONTRATANTE, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

- I. Disponibilização de instalações físicas da Unidade Assistencial, montada e organizada conforme determina o projeto arquitetônico, com o devido controle patrimonial;
- II. Realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à contratada, de acordo com o estabelecido neste Contrato e demais instrumentos de programação e seleção;
- III. Proceder à publicação resumida do instrumento de contrato e de seus aditamentos na imprensa oficial no prazo legal de 5 dias corridos contados da data de sua assinatura;
- IV. Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente Contrato;
- V. Eliminar fatores restritivos à flexibilidade da ação administrativa e gerencial da contratada com vista a propiciar condições para o alcance de seus objetivos, assegurando-lhe a necessária autonomia administrativa;
- VI. Realizar o Acompanhamento e Avaliação do Contrato, mediante designação formal de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato;





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- VII. Promover, observado o interesse público e as disposições legais pertinentes, o afastamento de servidores públicos para terem exercício na Entidade.

**CLÁUSULA DÉCIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

- 10.1 A supervisão, fiscalização e acompanhamento deste Contrato se dará através da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, especialmente constituída para tal fim, composta por servidores da estrutura da SMS, previamente designados e com a atribuição de avaliar e fiscalizar o Contrato de Gestão, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos, de controle interno e externo.
- 10.2 A fim de complementar o acompanhamento do contrato será designado um profissional, pela Secretaria Municipal da Saúde, para ocupar a função de Gerente Operacional Municipal, além de realizar a interlocução com a contratada, podendo vistoriar a unidade para verificar a operacionalização dos serviços, observando os atendimentos, a presença dos profissionais contratados e escalados, o abastecimento de insumos, as condições da estrutura física e dos equipamentos.
- 10.3 A contratada deverá prestar contas até o 10º dia útil do mês subsequente ao encerramento de cada mês, do exercício financeiro ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, através de Planilhas de Custos com os respectivos comprovantes de despesas e Relatório Mensal de Prestação de Contas, encaminhados à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, pertinente à execução desse contrato, com base nas Metas Quantitativas e Qualitativas previstas neste termo.
- 10.4 A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato constituída pela contratante emitirá Relatório Técnico Trimestral sobre os resultados alcançados pela contratada na execução do contrato, bem como sobre a economicidade no desenvolvimento das respectivas atividades/serviços e o encaminhará à Diretoria de Atenção à Saúde - DAS/Secretaria Municipal da Saúde, até o 25º dia do mês subsequente a cada trimestre do exercício financeiro.
- 10.5 Os resultados alcançados pela CONTRATADA deverão ser objeto de análise criteriosa pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, que deverá analisar conteúdo do Relatório de Prestação de Contas e atestar a veracidade e a fidedignidade das informações apresentadas.
- 10.6 Sempre que julgar necessário, a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato poderá requisitar as informações, bem como convocar reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas à CONTRATADA no local de realização do objeto deste Contrato, com vistas a obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento de seu trabalho.
- 10.7 As metas contratuais serão monitoradas mensalmente, consolidando trimestralmente para cômputo das metas que orientaram o repasse financeiro mediante alcance das metas e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto compatível, de acordo com os parâmetros constantes no Quadro de Metas Quantitativas e Qualitativas e Critérios para o Repasse, Avaliação e Valoração das Metas Quantitativas e Qualitativas.
- 10.8 O desconto previsto no parágrafo anterior será de até 30% (trinta por cento) do valor repassado no período avaliado.
- 10.9 O desconto incidirá sobre o valor da parcela a ser repassada no período subsequente à avaliação pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato.
- 10.10 A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA de total responsabilidade na execução do contrato.
- 10.11 A Comissão de Fiscalização do Contrato deverá emitir relatório técnico sobre os resultados alcançados na execução do Contrato, especificando a economicidade do desenvolvimento das respectivas atividades que deverá ser encaminhado ao Secretário Municipal da Saúde e ao órgão deliberativo da contratada até o último dia do mês subsequente ao encerramento do contrato.
- 10.12 Na hipótese de não cumprimento das metas em pelo menos 80%, será instaurado processo administrativo, instruído com os relatórios técnicos de desempenho, para que a entidade contratada, exerça o contraditório e a ampla defesa apresentada a justificativa, cabendo ao titular da pasta, alternativamente decidir sobre a aceitação da justificativa, indicando medidas de saneamento ou promover a rescisão do contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RECURSOS HUMANOS**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- 11.1 A CONTRATADA contratará pessoal para a execução de suas atividades, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários, assim como todo e qualquer passivo trabalhista, resultantes da execução do objeto do presente contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Estipular como limites e critérios a serem utilizados para despesas com remuneração, salários e vantagens de qualquer natureza no pagamento dos dirigentes e empregados da Entidade, sendo utilizado níveis compatíveis com os valores médios de mercado praticados na rede privada de saúde.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO CONTRATUAL**

12.1 A CONTRATANTE poderá rescindir, a qualquer tempo, ocorrida a cessação da emergência internacional decorrente da PANDEMIA do novo CoronaVírus, sendo quitado os valores referente à prestação dos serviços até a data estipulada para a rescisão;

12.2 A rescisão do contrato deverá ser precedida mediante a abertura de Processo Administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, respondendo os dirigentes da Entidade, individual e solidariamente, pelos danos e prejuízos decorrentes de sua ação ou omissão:

I. Pela CONTRATANTE, nas hipóteses de:

- O Município apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento;
- Descumprimento, ainda que parcial, das cláusulas, dos planos, dos objetivos e metas, decorrente de má gestão, culpa, dolo ou violação da lei ou do estatuto social por parte da Entidade;
- Não atendimento às recomendações decorrentes da fiscalização realizada pela Secretaria Municipal responsável pelo serviço/atividade transferido, expressas nos relatórios da Comissão de Avaliação;
- A Rescisão do Contrato importará na reversão dos bens permitidos, dos valores entregues à utilização da Entidade e dos servidores cedidos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- No caso da Rescisão do Contrato venha a incorrer a descontinuidade no cumprimento das obrigações assumidas pelo Contrato, caberá ao Município assumir a execução dos serviços ou atividades quer foram transferidas, podendo viabilizar outros meios idôneos que assegurem a manutenção dos serviços essenciais.
- Poderá ser rescindido o Contrato da Entidade que praticar qualquer ato ilícito, fraudulento ou simulado, bem como que descumprir qualquer das cláusulas previstas no Edital ou no Projeto de Transferência ou qualquer forma, fizer uso de falsa declaração, simulação de endereços, descumprimento dos horários de atendimento previamente estabelecidos, adulteração de documentos exigidos para inscrição ou serviços credenciados, ou assinar e receber pelos procedimentos realizados por profissionais não capacitados ou habilitados, independentemente do ressarcimento e indenização dos prejuízos a que der causa.

II. Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

12.3 A CONTRATADA continuará a prestação do serviço após a apresentação da denúncia cheia até a conclusão do Processo Administrativo para a rescisão contratual.

12.4 Serão assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos dos Art. 49, § 3º, Lei 8666/93 e Art. 5º, LV da CFB.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

13.1. As obrigações protraídas para além do termo final do contrato não induzem sua prorrogação, sendo o contrato considerado extinto quando do término da sua vigência, devendo a CONTRATANTE prosseguir com as medidas necessárias à comprovação, pela CONTRATADA, do cumprimento de obrigações eventualmente remanescentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Quando do encerramento deste contrato, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I. A CONTRATADA:

- Apresentar, no prazo máximo de 60 dias, o Relatório de Prestação de Contas Final do período de vigência do Contrato, que refletirá a consolidação dos Relatórios Técnicos Trimestrais;
- Devolver à contratante o saldo remanescente da conta bancária vinculada ao contrato;
- Devolver à contratante todos os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido nas mesmas condições de conservação e uso de quando recebidos pelo Contratante.

II. CONTRATANTE:

- Inventariar os bens sob responsabilidade da contratada para execução do objeto contratado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PENALIDADES**

14.1. A CONTRATADA responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução do contrato:

14.1.1 A entidade vencedora responderá administrativamente pela qualidade e eficiência da execução integral do contrato.

14.1.2 Sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei, a entidade responsável pela execução do contrato responderá administrativamente por falhas ou erros que vierem a acarretar prejuízos ao Município do Salvador,

14.1.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a credenciada às sanções previstas na Lei n.º 8.666/93, na Lei Municipal nº 4.484/92, no que couber, em regulamentos, sem prejuízo das demais cominações legais:

14.1.3.1 Advertência por escrito, caso ocorra atraso do início da prestação do serviço em até 10 (dez) dias da data fixada.

14.1.3.2 Suspensão temporária do direito de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e, se for o caso, descredenciamento no Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Gestão/SEMGE, pelo mesmo prazo ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou ainda, até que seja promovida a reabilitação.

14.1.3.2.1 A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

I - Apresentação de documentos falsos ou falsificados;

II - Reincidência de execução insatisfatória do ajuste;

III - Reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;

IV - Irregularidades que ensejem a rescisão unilateral do contrato;

V - Condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

VI - Prática de atos ilícitos visando prejudicar o contrato;

VII - Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Entidade idoneidade para contratar com o Município do Salvador.

14.1.3.3 Na hipótese de prática de falta grave, conforme o caso aplica-se a penalidade de suspensão pelo período necessário à sua apuração, levando-se em consideração também o código de ética da respectiva categoria profissional que tenha dado causa à falta, assegurado o contraditório e a ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da sua ciência. São considerados os casos de:

I - Condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - Prática de atos ilícitos visando prejudicar o contrato;

III - Prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir a Entidade idoneidade para contratar com o Município do Salvador

14.1.3.4 No caso de retardamento imotivado na execução dos serviços o Município poderá aplicar à Entidade multa de:

a) multa de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor da fatura de serviços não realizados, ou, ainda, sobre o valor da fatura correspondente à etapa do cronograma físico de serviço não cumprido, e/ou suspensão de 3 (três) meses;

b) multa de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor da fatura de execução de serviços, realizados com atrasos superiores a 30 (trinta) dias, em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente, e/ou suspensão de 3 (três) meses;

c) multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da fatura de execução de serviços, realizados com atrasos superiores a 30 (trinta) dias, em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente, e/ou suspensão de 6 (seis) meses.

14.1.3.5 Paralisar serviços sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e suspensão de 12 (doze) meses, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal.

14.1.3.6 Recusar-se a assinar o contrato ou a receber a nota de empenho: multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do contrato ou empenho e/ou suspensão de 06 (seis) meses.

14.1.3.7 Quebrar sigilo, em contrato, de informações confidenciais sob quaisquer formas: multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato e declaração de inidoneidade, por um prazo de 02 (dois) anos.

14.1.3.8 Praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou do contrato, apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos nos processos licitatórios, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo: declaração de inidoneidade por um prazo de 02 (dois) anos.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- 14.1.3.9 A suspensão temporária do fornecedor cujo contrato com a Administração Pública Municipal esteja em vigor impedirá o mesmo de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.
- 14.1.3.10 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor da fatura referente ao mês subsequente ou, ainda, cobradas judicialmente pela Secretaria Municipal da Gestão.
- 14.1.3.11 As penalidades estabelecidas em lei não excluem qualquer outra prevista no contrato, nem a responsabilidade da contratada por perdas e danos que causar à contratante ou a terceiros em consequência do inadimplemento das condições contratuais.
- 14.1.3.12 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.
- 14.1.3.13 As sanções previstas neste edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.
- 14.1.3.14 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação.
- 14.1.3.15 As multas são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, sendo possível a aplicação de multas cumulativamente às demais penalidades previstas nos subitens 14.1.3.2 e 14.1.3.7 deste Contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Será a CONTRATADA responsabilizada administrativamente por falhas ou erros na execução do contrato que vierem a acarretar prejuízos ao Município de Salvador, sem exclusão da responsabilidade criminal e civil por danos morais ou físicos a terceiros, nos termos da Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ANTIFRAUDE E ANTICORRUPÇÃO**

15.1 A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

15.2 Para os efeitos desta cláusula:

(a) “práticas de corrupção” oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer coisa de valor com a intenção de influenciar de modo indevido ação de outra parte;

(b) “prática fraudulenta” significa qualquer ato ou omissão de falsificação, inclusive falsidade ideológica, consciente ou inconscientemente, que engana ou tenta enganar, um indivíduo para obter benefício financeiro ou outro de qualquer ordem, ou com intenção de evitar o cumprimento de uma obrigação;

(c) “prática colusiva” significa uma combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um fim indevido, inclusive influenciar indevidamente as ações de terceiros;

(d) “prática coercitiva” significa prejudicar ou causar danos, direta ou indiretamente a qualquer parte interessada ou a sua propriedade para influenciar de modo incorreto as ações de uma parte;

(e) “prática obstrutiva” é

(e.1) deliberadamente destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em investigações ou fazer declarações falsas a investigadores; com o objetivo de impedir materialmente uma investigação do Banco sobre alegações de uma prática de corrupção, fraude, coerção ou colusão; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte para que esta não revele qualquer fato que seja de seu conhecimento em relação a questões relevantes para a investigação, ou para impedir que recorra à investigação ou a conduza, ou,

(e.2) atos que objetivem impedir materialmente o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco, nos termos da Cláusula 09 abaixo.

Contrato de Prestação de Serviços nº 230/2020 – Página 8 de 31–





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

15.3 Rejeitará uma proposta de adjudicação se concluir que o licitante indicado se envolveu, de forma direta ou por meio de um agente, em prática corrupta, fraudulenta, colusiva, coercitiva ou obstrutiva ao concorrer ao contrato em questão;

15.4 Declarará viciado o processo de licitação e cancelará a parcela do empréstimo alocada a um contrato se, a qualquer momento, determinar que representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos empréstimo envolveram-se em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação ou de implementação do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas oportunas e adequadas, satisfatórias ao Banco, para combater essas práticas quando de sua ocorrência, inclusive por falhar em informar tempestivamente o Banco no momento em que tomou conhecimento dessas práticas;

15.5 Imporá sanções à pessoa física ou jurídica a qualquer tempo, em conformidade com seus procedimentos de sanções aplicáveis, incluindo declará-la inelegível publicamente, indefinidamente ou por prazo determinado, para (i) a outorga de um contrato financiado pelo Banco e (ii) ser um subempreiteiro, consultor, fabricante ou fornecedor ou prestador de serviço designado de uma empresa elegível a quem se está outorgando um contrato financiado pelo Banco.

15.6 Se algum funcionário do Contratado tiver envolvimento em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante a licitação ou durante a execução do contrato esses profissionais devem ser retirados da equipe imediatamente.

15.7 O Contratado deverá permitir, e fará seus Subcontratados e Subconsultores permitirem, que o Banco e/ou pessoas designadas pelo Banco possam inspecionar o local e todas as contas e registros relativos à execução do Contrato e a apresentação da proposta, e ter as contas e registros auditados por auditores designados pelo Banco, se o Banco assim solicitar.

15.8 O Contratado e seus Subcontratados e Subconsultores devem observar com atenção a cláusula sobre [Práticas Corruptas ou Fraudulentas], que prevê, nomeadamente, que os atos destinados a impedir materialmente o exercício de inspeção do Banco e do direito de efetuar auditoria prevista nesta Sub-cláusula constituem uma prática proibida e sujeita a rescisão do contrato (bem como a uma determinação de inelegibilidade, de acordo com as Diretrizes de Aquisições do Banco).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

16.1 A prestação de contas mensal apresentada pela Contratada conterá no mínimo as seguintes informações:

16.1.1 Relatório de execução das metas quantitativa e qualitativa;

16.1.2 Relação de funcionários ativos e desligados, Folha analítica, folha sintética, escalas de serviço e atendimento ao decreto municipal nº 15.549/2005;

16.1.2.1 Em caso de ocorrência de eventos de utilização de provisionamentos, comprovação do pagamento, conforme cláusula 6.13;

16.1.3 Extrato da conta exclusiva, fluxo de caixa da competência da prestação, notas fiscais e comprovantes de pagamentos dos prestadores de serviços e fornecedores de materiais;

16.2 A CONTRATADA se obriga a encaminhar a CONTRATANTE todos os contratos firmados com prestadores de serviço ou fornecedores de materiais;

16.3 Demais documentos poderão ser solicitados, a qualquer tempo, pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1 A CONTRATADA poderá a qualquer tempo e mediante justificativa apresentada a CONTRATANTE, propor a devolução de bens ao Poder Público Municipal, cujo uso fora a ela permitido e que não mais sejam necessários ao cumprimento do objeto contratual;



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

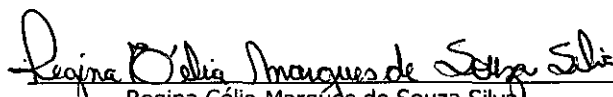
- 17.2 Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatividade suplementar exercidas pela CONTRATANTE sobre a execução dos serviços previstos no presente Contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e autoridade normativa da CONTRATANTE, ficando certo que a alteração decorrente de tais competências normativas será objeto de termo aditivo ou de notificação dirigida à CONTRATADA;
- 17.3 Em caso de extinção da Entidade ou rescisão do Contrato, o patrimônio, os legados e as doações que forem destinados à CONTRATADA via contrato, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município ou ao de outra Entidade, qualificada na forma da Lei Municipal n.º. 8.631/2014 e Decreto Municipal nº 28.232/2016, ressalvados o patrimônio, bens e recursos pré-existentes ao Contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos;
- 17.4 O Município poderá assumir a execução dos serviços que foram transferidos, a fim de manter a sua continuidade na hipótese de risco quanto ao regular cumprimento das obrigações assumidas no Contrato;
- 17.5 Os serviços objeto deste contrato não podem sofrer solução de continuidade durante todo o prazo da sua vigência, devendo ser executados por empregados da CONTRATADA, sob a inteira responsabilidade funcional e operacional desta, mediante vínculo de subordinação dos trabalhadores para com a entidade contratada, sobre os quais manterá estrito e exclusivo controle.

As partes elegem o Foro da Cidade do Salvador, Município de Salvador, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

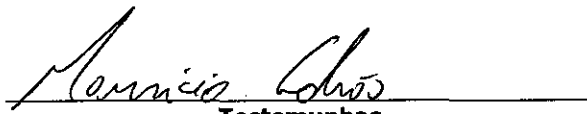
E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, 17 de Abril de 2020.

  
 Leonardo Silva Prates  
**Secretaria Municipal da Saúde**

  
 Regina Célia Marques de Souza Silva  
**ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO - ASM**

  
**Testemunhas**

  
**Testemunhas**



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**ANEXO I – Projeto Básico - HOSPITAL DE CAMPANHA (WET´N WILD)**

**1. DO OBJETO**

Contratação de entidade(s) qualificada(s) como Organização(ões) Social(is) (OS) para atuar na Gestão, Planejamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde na Hospital de Campanha (HCAMP-WET´N WILD) – (LOTES 1 e 2) conforme condições estabelecidas neste Projeto Básico, com vigência de até 180 dias, a contar da data de publicação do contrato no Diário Oficial do Município de Salvador.

**1.1** O presente processo visa a contratação de até 2 (duas) Organizações Sociais para atuar na Gestão, Planejamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha (HCAMP-WET´N WILD) – (LOTES 1 e 2), através da assinatura de contratos de gestão individuais e independentes.

**1.2** O contrato relacionado ao lote 2 só será firmado, uma vez identificada, pela Secretaria Municipal de Saúde de Salvador, a necessidade de ampliação do serviço de assistência hospitalar, dentro dos mesmos parâmetros utilizados na implantação do lote 1.

**1.3** Ambas as propostas, uma vez apresentadas, terão a validade de 30 (trinta) dias.

1.3.1 Durante esse tempo, fica a contratada obrigada a manter disponível toda a infraestrutura (equipamentos médicos hospitalares, insumos, mobiliários, entre outros), necessários para a operacionalização da unidade modular a ser implantada.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

2.1. Considerando o Decreto Nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.

2.2. Considerando que a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou no dia 11 de março de 2020 uma situação de Pandemia que acontece em geral, quando há um vírus novo capaz de infectar seres humanos com facilidade e de ser transmitido de uma pessoa a outra de forma eficiente e continuada.

2.3. Considerando a Lei Nº 13.979, de 6 de fevereiro 2020, Art.4º (Fica dispensada a licitação para aquisição de bens, serviços e insumos de saúde destinados ao enfrentamento da emergência de Saúde Pública de importância internacional decorrentes do coronavírus.

2.4. Considerando que o HCAMP é uma unidade provisória para atender casos específicos de pacientes que tiveram a saúde afetada por alguma por alguma situação ou doença, como é o caso do coronavírus, e servirá como retaguarda da urgência e emergência no Município de Salvador.

2.5. Registra-se ainda que o referido HCAMP a ser implementado oferta assistência prioritariamente a população dos 12 (Doze) Distritos Sanitários de Saúde, o qual estará estruturado com perfil de urgência e emergência qualificada, com atendimento médico de forma multidisciplinar e com serviços de apoio diagnóstico e tratamento, com ações e serviços em média complexidade de referência para a população da municipalidade.

2.6. Assim sendo, considerando o atual cenário epidemiológico (COVID-19) faz-se necessário contratação emergencial, por tratar-se de situação que envolve emergência de saúde pública e acesso da população a serviços públicos essenciais. Por este motivo, faz-se necessário promover a contratação direta para gestão, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde de urgência e emergência.

**3. HOSPITAL DE CAMPANHA (HCAMP)**

O Hospital de Campanha, situado na Av. Luís Viana, 18 - Patamares, Salvador – BA. Classificado como uma unidade hospitalar temporária reunirá pessoal, equipamentos e instalações para prestar atendimento com 90



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

(noventa) leitos a serem implementados com metodologia de governança e manutenção hospitalar qualificada e moderna, atendimento exclusivo a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS.

As atividades serão executadas por meio de fluxos lógicos e efetivos de referência e contra referência, ordenados pelas Centrais de Regulação de Urgências e complexo regulador de Salvador; apresenta funcionamento ininterrupto 24 (vinte e quatro) horas e em todos os dias da semana; presta atendimento resolutivo e qualificado aos pacientes acometidos por agravos a condição clínica de pacientes acometidos com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAGS), estabilizando os pacientes e realizando as intervenções terapêuticas.

A proposição do perfil funcional consiste na concepção de um Hospital de Campanha de 90 (noventa) leitos, consistindo em 01 (uma) estrutura modular que possuirá 50 (cinquenta) leitos de Cuidados Críticos e 40 (quarenta) leitos de Clínica Médica.

A estrutura modular hospitalar irá dispor de 02 (dois) consultórios para acolhimento dos pacientes regulados provenientes do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Unidades de Pronto Atendimento, Unidades Básicas de Saúde do Município de Salvador e Hospital de Municipal de Salvador.

Possuirá ainda Serviço de Apoio Diagnóstico (Ultrassom com Doppler, Eletrocardiograma, Ecocardiograma e Radiologia digital) e Laboratório de Análises Clínicas.

Além dos serviços assistenciais já enunciados, o HCAMP contará com serviços de apoio técnico e logístico como o serviço de nutrição e dietética, almoxarifado, farmácia, centro de material esterilizado, vestiários e setor de higienização e limpeza, setor de manutenção predial e manutenção clínica, administração, tecnologia da informação – TI.

### 3.1 PÚBLICO ALVO

O público alvo do HCAMP é a população residente de Salvador 2.868.949 habitantes (IBGE, 2010). A sua organização político-administrativa compreende 10 Regiões Administrativas denominadas Prefeituras Bairros e 12 Distritos Sanitários (DS), que são caracterizados como os territórios da saúde.

### 3.2 ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS ASSISTENCIAIS, INFRAESTRUTURA E APOIO LOGÍSTICO E ADMINISTRAÇÃO

O HCAMP possuirá, por cada lote, uma unidade modular contendo 40 (quarenta) leitos de Clínica Médica e 50 (cinquenta) leitos para pacientes críticos, estando apto para oferecer assistência médica e serviços de apoio assistencial, *diagnose e terapia*.

As atividades assistenciais desenvolvidas no HCAMP compreendem:

- Atividade Médica (24h/dia)
- Atividade de Enfermagem (24h/dia)
- Atividade de Nutrição (24h/dia)
- Atividade de Farmácia - satélite (24h/dia)
- Atividade de Fisioterapia (24h/dia)
- Atividade de Serviço Social (24h/dia)

Complementam-se as atividades assistenciais com os Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico – SADT. com:

- Laboratório para Análises Clínicas (24h) realizando a coleta e processamento dos exames de bioquímica, hematologia, sorológicos, hormonais, microbiologia, hemogasometria (com eletrólitos), uroanálise e coprologia além de demais exames complementares, conforme necessidade do paciente;
- Imagem (24h) Serviço de Raio-X digital móvel e fixo, USG, Eco-Doppler;
- Serviço de ECG (24h) com apoio de Serviço de Telemedicina.

*Documentos*





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

Distribuição dos Profissionais Médicos por Área de Atuação para cada estrutura modular (50 leitos de críticos e 40 de clínica médica):

| Área de Atuação                 | Carga Horária | Nº Mínimo de Plantonista em Serviço Diurno | Nº Mínimo de Plantonista em Serviço Noturno |
|---------------------------------|---------------|--|---|
| Médico Intensivista Plantonista | 12h           | 05   | 05  |
| Médico Intensivista Diarista    | 12h           | 05   | -   |
| Médico Diarista Internação      | 6h            | 03   | -   |
| Médico Plantonista Internação   | 12h           | 02   | 02  |
| Total                           |               | 15   | 07  |

Distribuição dos Profissionais (parte administrativa) para cada lote (50 leitos críticos e 40 leitos de clínica médica):

| Quant. Mínima | Categoria Profissional              | Área de Trabalho | Carga Horária Semanal Mínima |
|---------------|-------------------------------------|------------------|------------------------------|
| 1             | Diretor Geral (Gestor)              | HCAMP            | 40h                          |
| 1             | Diretor Técnico (Médico)            | HCAMP            | 40h                          |
| 1             | Gerente Operacional (Enfermagem)    | HCAMP            | 40h                          |
| 1             | Engenheiro Clínico                  | HCAMP            | 40h                          |
| 1             | Enfermeiro Núcleo de Epidemiologia  | HCAMP            | 44h                          |
| 1             | Aux. Adm do Núcleo de Epidemiologia | HCAMP            | 44h                          |
| 1             | Enfermeiro SCISS/Higienização       | HCAMP            | 44h                          |
| 4             | Enfermeiro Gestão de Leitos         | HCAMP            | 44h                          |
| 1             | Enfermeiro do Trabalho              | HCAMP            | 44h                          |
| 1             | Técnico de Segurança do Trabalho    | HCAMP            | 44h                          |
| 13            |                                     |                  |                              |

Distribuição de profissionais (por área de trabalho) para cada lote (50 leitos de críticos e 40 de clínica médica):

| Quant. Mínima | Categoria Profissional               | Área de Trabalho | Carga Horária Semanal Mínima |
|---------------|--------------------------------------|------------------|------------------------------|
| 1             | Coordenador Médico UTI               | UTI              | 44h                          |
| 1             | Coordenador Médico Internação        | Internação       | 44h                          |
| 1             | Coordenador de Enfermagem UTI        | UTI              | 44h                          |
| 1             | Coordenador de Enfermagem Internação | Internação       | 44h                          |
| 27            | Enfermeiro UTI                       | UTI              | 36h                          |
| 12            | Enfermeiro Internação                | Internação       | 36h                          |
| 135           | Técnico de Enfermagem UTI            | UTI              | 36h                          |
| 27            | Técnico de Enfermagem Internação     | Internação       | 36h                          |
| 35            | Médico Intensivista Plantonista      | UTI              | 24h                          |
| 18            | Médico Intensivista Diarista         | UTI              | 24h                          |
| 5             | Médico Diarista Internação           | Internação       | 24h                          |
| 28            | Médico Plantonista Internação        | Internação       | 24h                          |
| 2             | Médico Infectologista                | Interconsultor   | 30h                          |
| 1             | Médico Pneumologista                 | Interconsultor   | 30h                          |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

|     |                        |                |     |
|-----|------------------------|----------------|-----|
| 1   | Médico Cardiologista   | Interconsultor | 30h |
| 1   | Médico Neurologista    | Interconsultor | 30h |
| 1   | Médico Cirurgião Geral | Interconsultor | 30h |
| 1   | Médico Nefrologista    | Interconsultor | 30h |
| 8   | Fisioterapeuta         | Internação     | 30h |
| 28  | Fisioterapeuta         | UTI            | 30h |
| 20  | Agente de Portaria     | Internação/UTI | 44h |
| 28  | Agente de Higienização | Internação/UTI | 44h |
| 4   | Líder Higienização     | Internação/UTI | 44h |
| 20  | Aux. Administrativo    | Internação/UTI | 44h |
| 2   | Líder Portaria         | Administrativo | 44h |
| 408 |                        |                |     |

| Quant. Mínima | Categoria Profissional                 | Área de Trabalho   | Carga Horária Semanal Mínima |
|---------------|--|--------------------|------------------------------|
| 1             | Almoxarife                             | Almoxarifado       | 40h                          |
| 4             | Auxiliar de Almoxarifado               | Almoxarifado       | 44h                          |
| 6             | Farmacêutico                           | Farmácia           | 44h                          |
| 20            | Auxiliar Farmácia                      | Farmácia           | 44h                          |
| 4             | Bioquímico/Biomédico                   | Laboratório        | 44h                          |
| 13            | Técnico Coletador                      | Laboratório        | 44h                          |
| 19            | Copeiro                                | Nutrição /Produção | 44h                          |
| 10            | Maqueiro                               | Internação/UTI     | 44h                          |
| 13            | Nutricionista ADM                      | Nutrição /Produção | 40h                          |
| 14            | Técnico em Radiologia                  | Internação/UTI     | 24h                          |
| 7             | Médico Radiologista/Ultrassonografista | Internação/UTI     | 24h                          |
| 4             | Aux. Administrativo/ Bioimagem         | Internação/UTI     | 44h                          |
| 2             | Auxiliar Administrativo                | Internação/UTI     | 44h                          |
| 4             | Auxiliar de Regulação                  | Internação/UTI     | 44h                          |
| 4             | Motorista de Ambulância                | Internação/UTI     | 44h                          |
| 4             | Técnico em Informática                 | Internação/UTI     | 44h                          |
| 8             | Técnico de Manutenção                  | Internação/UTI     | 44h                          |
| 3             | Faturista                              | Internação/UTI     | 44h                          |
| 4             | Agente de Serviços Gerais              | Internação/UTI     | 44h                          |
| 9             | Assistente Social                      | Internação/UTI     | 30h                          |
| 153           |  |                    |                              |

Em havendo a necessidade, caberá ao Contratado proceder à contratação de outros médicos especializados, ainda que os mesmos não estejam contemplados na planilha descritiva de distribuição de profissionais da estrutura modular que prestarão assistência direta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

A unidade deverá dispor de assistência médica com cuidados horizontais e estarem aptos a conduzir pacientes com medidas proporcionais sendo o responsável pela UTI e Internação, além do acompanhamento e atualização dos dados do quadro clínico do paciente no SUREM ou ferramenta equivalente.

A força de trabalho deverá ser contratada em acordo à legislação vigente em regime CLT, sendo garantidos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, securitários previstos. Todos os profissionais médicos especialistas devem apresentar a inscrição no CREMEB comprovando o título da especialidade ou outro documento que o habilite para prestação dos serviços assistenciais.

Ressaltamos que por se tratar de epidemia grave e da situação de emergência em saúde pública, e levando em consideração a dificuldade de contratação e alta exigência de médicos que o momento demanda, admitiremos a contratação através de vínculo pessoa jurídica para médicos, enfermeiros e fisioterapeutas.

Artigo I.

**4. DO VALOR GLOBAL ESTIMADO E REPASSE FINANCEIRO**

O valor mensal por lote, a ser disponibilizado para a prestação dos serviços, descritos neste Projeto Básico, está estimado em R\$ 5.250.000,00 (cinco milhões, duzentos e cinquenta mil reais), perfazendo um valor global, para 180 (cento e oitenta dias) de vigência de contrato, estimado em R\$ 31.500.000,00 (trinta e um milhões, quinhentos mil reais).

Por se tratar de pandemia e da situação de emergência em saúde pública, e levando em consideração a excepcionalidade da situação, aquelas entidades que apresentarem valores superiores aos máximos fixados para o Hospital de Campanha, neste Projeto Básico, serão analisados e poderão ser aceitos desde que os valores estejam devidamente justificados e compatíveis com o mercado.

A transferência de recursos financeiros, o cronograma de desembolso e as demais condições, encontram-se definidas na minuta de contrato.

A primeira parcela será repassada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato e as demais parcelas até o 10 (dez) dia útil, após a apresentação da prestação de contas do mês anterior, ficando a liberação da terceira parcela condicionada à aprovação da prestação de contas da primeira, a liberação da quarta parcela, condicionada a aprovação da prestação de contas da segunda e assim sucessivamente, não impedindo descontos quando assim for necessário e definido pela Comissão de Fiscalização do Contrato, tendo em vista a variabilidade de prazo da aprovação da produção.

Os pagamentos serão realizados mensalmente, mediante a liberação de 6 (seis) parcelas, conforme metas pactuadas no Anexo IV- Metas de Produção, incorporadas à minuta do Contrato de Gestão Emergencial, sendo o valor composto por uma parte fixa equivalente a 70% (setenta por cento) do orçamento mensal e uma parte variável equivalente a 30% (trinta por cento) do orçamento mensal, que corresponde a avaliação trimestral dos indicadores de desempenho qualitativo e quantitativo.

As despesas decorrentes de provisionamentos, conforme detalhada em proposta, se ocorrer, só serão pagas a Organização Social se efetivamente comprovada a ocorrência de tal despesa. Caberá a contratada, nos processos de pagamento, demonstrar com base na folha mensal, o valor que deverá ser provisionado pela SMS, baseado nos percentuais de encargos apresentados na planilha de encargos sociais. O valor mensal a faturar do contrato, deve ser resultante do abatimento das parcelas provisionadas, cabendo a contratante a garantia da disponibilidade orçamentária suficiente para o ressarcimento do fato gerador, mediante a comprovação da despesa.

A garantia da oferta de ações e serviços de saúde pelo HCAMP será estabelecida através das metas quantitativas e qualitativas de desempenho.

O acompanhamento das metas contratuais será realizado mensalmente, a partir dos relatórios de desempenho enviados para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão e dos relatórios extraídos dos Sistemas oficiais de informação do Ministério da Saúde, consolidando trimestralmente para cômputo das metas que orientarão o repasse financeiro mediante alcance das metas e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto compatível, de acordo com os parâmetros estabelecidos neste Projeto Básico, sendo observados os seguintes pontos:



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- I. A avaliação para estimativa de resultado ocorrerá nos 03 (três) meses subsequentes ao início das atividades do contrato, conforme cronograma estabelecido pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Gestão da SMS.
- II. A avaliação e análise serão efetuadas conforme as metas quantitativas e qualitativas estabelecidas no Contrato de Gestão.

## 5. DA FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

A fiscalização e o acompanhamento do contrato ficarão a cargo de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, composta por membros da Secretaria Municipal da Saúde, com atribuição de avaliar e fiscalizar o contrato, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos normativos, de controle interno e externo.

Será expedido Relatório Mensal de Avaliação pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato que será parte integrante do processo de pagamento, o qual será submetido ao Secretário Municipal da Saúde.

## 6. A GESTÃO ADMINISTRATIVA

A gestão administrativa do Hospital de Campanha/HCAMP será de responsabilidade da OS, que deverá prover recursos humanos, insumos e materiais necessários à operacionalização do serviço de acordo com a demanda e a modalidade de assistência prestada, conforme indicações e diretrizes previstas, bem como a legislação vigente, devendo ser responsável por:

- a) Gerenciamento da logística dos recursos materiais, financeiros, de informações e pessoal;
- b) Gerenciamento da Qualidade em Saúde;
- c) Contabilidade Financeira (gestão de recursos, lista de credores e devedores, fluxo de pagamentos);
- d) Representação, inclusive jurídica;
- e) Governança;
- f) Gerenciamento de Riscos;
- g) Gestão de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional;
- h) Gerenciamento de Relações com fornecedores;
- i) Educação permanente e aperfeiçoamento profissional;
- j) Gerenciamento das instalações (incluindo Segurança);
- k) Gerenciamento da informação de processos e do prontuário médico;
- l) Assegurar o cumprimento das normas contábeis e financeiras;
- m) Assegurar o cumprimento da Legislação Brasileira;
- n) Projetos de sustentabilidade e,
- o) Patrimônio.

**6.1** Serviços de Pessoal e de Terceiros (RH) – a OS será integralmente responsável pela contratação de pessoal e de terceiros para execução dos serviços que compõem o Contrato de Gestão, observando que a modalidade de contratação dos profissionais será regida pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, excetuando-se os médicos, enfermeiros e fisioterapeutas que poderão ser contratados na modalidade pessoa jurídica.

A força de trabalho deverá constituir-se de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, em quantitativo compatível estabelecido para o perfil da Unidade de Saúde e serviços a serem prestados.

Uma vez que a entidade tenha realizado a seleção da equipe médica em acordo a Legislação vigente em espécie CLT, com ampla publicidade, na impossibilidade desta contratação, em situações especiais, podem ser absorvidos por serviços de terceiros dado às condições do serviço de urgência e emergência, desde que devidamente informado e documentado para avaliação e autorização do Gestor da Secretaria Municipal de Saúde.

A condição excepcional de contratação indicada no parágrafo anterior necessariamente importará na revisão dos preços contratados, extirpando deles as características próprias do regime celetista para incluir, tão somente, aquelas características do regime extraordinário apresentado.





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

A OS obrigatoriamente deverá desenvolver e implantar Política de Gestão de Pessoas, obedecendo às Normas do Ministério da Saúde/MS, do Ministério do Trabalho e Emprego/MTE, especialmente as normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, assim como as resoluções dos conselhos profissionais.

A OS designará um médico como Diretor Técnico do Hospital de Campanha para responder pelas questões técnicas da unidade. O profissional somente poderá assumir tal função por uma única unidade da rede municipal. A OS deverá apresentar, de imediato, após a assinatura do Contrato de Gestão, o Atestado de Responsabilidade Técnica da Unidade emitido pelo Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia – CREMEB em cumprimento à Resolução CFM nº 2.147/2016.

Ao Responsável Técnico pelo Serviço de Enfermagem, caberá também atuação como Gerente Operacional de Enfermagem da Unidade de Pronto Atendimento. A OS deverá apresentar, de imediato, após a assinatura do Contrato de Gestão, o Atestado de Responsabilidade Técnica da Unidade emitido pelo Conselho Regional de Enfermagem – COREN/BA.

As equipes (médica, de enfermagem e demais profissionais de saúde) deverão ser disponibilizadas em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços, tendo como referência o número de leitos, o fluxo de atendimento do Hospital de Campanha as normas e parametrizações de cada categoria. A equipe deverá ser composta por profissionais das especialidades exigidas, com título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Profissional competente.

6.2 Manuais e Protocolos - Os manuais de procedimentos e/ou rotinas administrativas de funcionamento e de atendimento deverão estar disponibilizados de forma escrita ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais da unidade, atualizados e revisados anualmente, assinados pelo Responsável Técnico. Os procedimentos e rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência, que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos.

A OS deverá implantar protocolos médicos, de enfermagem e demais áreas, em concordância com a SMS, garantindo a eliminação de intervenções desnecessárias e respeitando a individualidade do sujeito, que deverão estar disponibilizados de forma escrita ou em sistema informatizado, acessível a todos os profissionais da assistência à saúde, atualizados, revisados anualmente e assinados pelo Responsável Técnico.

Todos os profissionais médicos e enfermeiros plantonistas devem possuir a experiência em Medicina Crítica.

O serviço de enfermagem da unidade deverá instituir a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) de acordo com a Resolução COFEN nº 272/2004 que dispõe sobre a Sistematização da Assistência de Enfermagem nas instituições de saúde brasileiras. A OS deve se comprometer em desenvolver programa de educação continuada com vista a aprimorar a capacitação dos seus profissionais nos itens acima enunciados.

6.3. Prontuário do Paciente - A Unidade de Saúde obrigatoriamente deve adotar prontuário único com todos os registros do paciente, individualizado, com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente registradas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem, nutrição, assistente social e demais profissionais que o assistam). Os prontuários deverão estar devidamente ordenados e disponíveis no Serviço de Prontuário do Paciente – SPP, sob metodologia específica, garantindo a recuperação do mesmo prontuário, por cada vez, para cada paciente, evitando a duplicação, perda de informação e espaço de estocagem. Os profissionais deverão disponibilizar diariamente até as 9 horas a atualização do quadro clínico e laboratorial dos pacientes com mais de 24h no sistema de regulação estadual (SUREM) ou sistema municipal de regulação assim como incluir as solicitações de exames no sistema de lista única quando pertinente.

Será de responsabilidade da OS a implantação de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP) de imediato, a partir da assinatura do Contrato de Gestão e observando o disposto na legislação vigente, incluindo a Resolução CFM nº. 1.639/2002. O PEP deverá armazenar dados de atendimento da Unidade com capacidade de gerar faturamento automático Sistema de Informações Hospitalares do Sistema Único de Saúde - SIH/SUS.

6.4 Informação em Saúde - A OS deverá manter atualizado mensalmente o Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES da Unidade de Saúde, fornecendo informações à SMS sobre alterações do profissional (inclusão, exclusão, diminuição ou aumento de carga horária).



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

6.5 Informática e Telefonia - Caberá a OS manter a rede lógica (estruturada) e elétrica para informática, bem como a aquisição e instalação de equipamentos tais microcomputadores, microcomputador tipo servidor, impressoras, ativos de rede (switch), rede wireless, link de comunicação de dados, de sistemas e programas e outros, para o pleno funcionamento e informatização da Unidade de Saúde. Também deve instalar e manter a telefonia, tudo conforme apontado em Proposta do Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI/SMS neste apensado (Anexo II).

**6.6 Equipamentos, Instrumentais e Mobiliários**

Compete a OS prover condições para boa operacionalização do Hospital de Campanha, devendo para tal disponibilizar Equipamentos, mobiliário, arsenal e enxoval, conforme Anexo III.

Compete a OS, em havendo necessidade, contratar serviço de ambulância móvel compatível com o grau de necessidade do paciente, juntamente com a equipe multidisciplinar correspondente, para transferências exames, interconsultas ou internação.

Compete a OS durante o prazo de vigência do Contrato de Gestão, a manter e conservar todos os equipamentos biomédicos e os equipamentos eletrônicos e acessórios, com práticas que assegurem padrões de segurança e qualidade para assistência prestada.

A OS poderá celebrar contrato para equipamentos que venham a ser necessários, assim como contrato de locação para equipamentos de uso na assistência aos usuários.

No caso de contratação de empresas para a prestação de serviços de manutenção de equipamentos médico-hospitalares e de infraestrutura, a OS deverá celebrar contratos preferencialmente com empresas autorizadas pelo fabricante, disponibilizando quando requisitado cópia dos contratos com atestado da condição de autorizada das empresas.

Em caso de equipamentos declarados como inservíveis, a OS deverá apresentar o laudo técnico da empresa contratada para ser avaliado pela SMS que deverá efetuar a reposição.

No caso de ocorrências graves relacionadas aos casos fortuitos e de força maior, a OS deverá comunicar à SMS dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 05 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

A OS ao final da vigência do contrato obrigará-se a apresentar à SMS inventário o mobiliário e equipamentos indicando o registro patrimonial de tombo e o estado dos itens.

6.7 Gestão de Suprimentos – A OS deverá manter no HCAMP estoque em quantidade e qualidade suficientes de medicamentos, de materiais médico-hospitalares e correlatos. A OS só poderá utilizar os produtos farmacêuticos registrados na ANVISA. É vedada a utilização de materiais e substâncias proibidas pelo Ministério da Saúde/MS. O parâmetro a ser utilizado deve observar as legislações pertinentes e vigentes do Ministério da Saúde, Resoluções ANVISA e Relação Nacional de Medicamentos - RENAME no que couber.

A OS deverá manter o fornecimento de EPI's a todos os profissionais envolvidos na prestação da atividade objeto deste Projeto Básico.

6.8 Farmácia de Dispensação e satélite – A unidade deverá dispor de um Serviço de Farmácia, dirigido por farmacêutico, que desenvolva atividades clínicas e relacionadas à gestão, que devem ser organizadas de acordo com as características onde se insere o serviço, isto é, manter coerência com o porte e o nível de complexidade do mesmo, incluindo a terapia trombolítica e antitrombótica quando indicado para os pacientes. Também deverá dispor de Farmácia Satélite funcionando durante 24h/dia, e será destinada exclusivamente à dispensação de medicações para a UTI e Unidade de Clínica Médica.

Proibida a solicitação de compra de medicamento para uso do paciente na unidade a seu responsável legal ou acompanhante.

6.9 Laboratório de Análises Clínicas – Caberá a OS a realização da coleta de material para exames, provendo a vinculação ao laboratório clínico destinado à análise das amostras biológicas compreendendo as fases pré-analítica, analítica e pós-analítica. São de responsabilidade da OS ainda todos os insumos necessários para o funcionamento da coleta, o acondicionamento das amostras biológicas e o transporte até o laboratório de análises, bem como todos os recursos necessários para a organização e funcionamento do serviço, sendo desde o



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

cadastro dos pacientes até a impressão dos laudos e entrega dos resultados. A OS deverá garantir o tempo resposta entre a coleta da amostra e a liberação do resultado de até 2 horas.

6.10 Serviços de Apoio – Os serviços relacionados à coleta de resíduos de saúde, gases medicinais, lavanderia, nutrição, hemotransusão, CME (centro de material esterilizado), Laboratório e Transporte (ambulância), entre outros deverão ser terceirizados.

6.11 Nutrição e Dietética - As refeições servidas ao corpo funcional, pacientes (incluindo nutrição enteral) e acompanhantes serão de inteira responsabilidade da OS. Os profissionais de assistência direta ao paciente, em regime de plantão, não devem, em hipótese alguma, se afastar da unidade para refeições, devendo, portanto, serem fornecidas dentro das dependências da unidade, de modo alternado, a fim de não interromper o atendimento.

Os pacientes terão direito a seis refeições diárias (dejejum, colação, almoço, lanche, janta e ceia).

6.12 Núcleo de Epidemiologia (NEP) - A OS caberá montar o Núcleo de Epidemiologia - NEP, que será responsável pela realização de Vigilância Epidemiológica de Doenças de Notificação Compulsória na unidade, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico, incluindo-se aqui os atendimentos aos pacientes vítimas de violência. O NEP deve possuir instalações próprias dentro da unidade de saúde e seguir Portaria Municipal nº 179/2011.

6.13 Direitos Humanos - A OS não está autorizada a envolver as instalações, usuários da Unidade de Saúde ou a Prefeitura Municipal de Salvador/Secretaria Municipal da Saúde em nenhum tratamento experimental ou pesquisa médica sem prévia permissão da SMS. De igual forma deve obedecer a legislação que trata dos clientes idosos, adolescentes e crianças, pessoas com deficiência e populações vulneráveis.

6.14 Legislação Ambiental – A OS deverá respeitar e cumprir a legislação pertinente e disponibilizará, quando necessário, todos os documentos legais requeridos pela Administração Pública e órgãos de controle interno e externo. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde (PGRSS) deverá ser implantado até o segundo mês após a assinatura do Contrato de Gestão, devendo este ser validado pela Vigilância Sanitária - VISA Municipal, mantendo-se atualizado de acordo com as Normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Ministério da Saúde RDC 222/2018, bem como da VISA municipal.

A OS deverá seguir o rito previsto no rol de Leis e Normativas Sanitárias, observando suas atualizações, conforme minimamente o Anexo V.

## 7. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL

O presente Projeto Básico objetiva instrumentalizar o processo de contratação de OS de direito privado qualificada como Organização Social, na forma da Lei Municipal nº 8.631/2014 e do Decreto nº 28.232/2016, cabendo-lhe observar:

- I. Adoção de critérios que assegurem padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão;
- II. Promoção de meios que favoreçam a eficiência na prestação dos serviços de interesse social;
- III. Manutenção de sistema de programação e acompanhamento das atividades que permitam a avaliação da eficácia quanto aos resultados.
- IV. Possuir, no mínimo, 50 Ventiladores Pulmonares, disponíveis e em pleno funcionamento, para cada lote, a serem atestados através de declaração de posse dos mesmos, assinada pelo representante legal da entidade proponente.

### 7.1 Capacidade Técnica

Para desempenho da atividade objeto do contrato comprovada, através da demonstração pela entidade, de sua experiência gerencial na área relativa a gestão de unidade hospitalares por no mínimo 02 (dois) anos, acompanhados dos documentos comprobatórios:



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- a) Comprovar gestão de unidade hospitalar por dois ou mais anos consecutivos, através de Atestados de execução de serviços de características semelhantes à do objeto desta seleção fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprovem experiência gerencial da entidade na Área relativa ao objeto do presente edital.

## 8.DA CONTRATAÇÃO

### 8.1 Considerações Gerais:

Como condição para celebração do contrato, a OS deverá manter todas as condições estabelecidas nos critérios de avaliação, item 8.

Como condição para assinatura do contrato, a OS deverá disponibilizar e entregar, de imediato, à Contratante, e em local determinado pela mesma, os ventiladores pulmonares, conforme descritivo contido no anexo III.

A assinatura do contrato deverá ser realizada pelo representante legal da OS ou mandatário com poderes expressos.

A Organização Social deverá dar ampla publicidade ao Regulamento para Seleção e Contratação de Pessoal assim como do Regulamento para Compras de Materiais, com a utilização de recursos públicos, com publicação na íntegra no site da Organização Social disponível para o acesso público.

A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de valores orçamentários previstos no próprio contrato, quando for o caso, as atualizações, compensações ou apenações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila.

### 8.2 Vigência do Contrato:

A duração do contrato a ser celebrado entre as partes prevê o tempo estimado de até 180 (cento e oitenta) dias.

### 8.3 Instrumentalização do Contrato:

O contrato será instrumentalizado com as atribuições, responsabilidades e obrigações a serem cumpridas pelo Município e pela Organização Social, observando as regras gerais de direito público, que prevê:

- I. Atendimento indiferenciado aos usuários dos serviços objeto deste contrato;
- II. Indicação de que, em caso de extinção da Organização Social ou rescisão do contrato, o seu patrimônio, os legados e as doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serão incorporados ao patrimônio do Município ou ao de outra Organização Social, qualificada na forma desta Lei, ressalvados o patrimônio, bens e recursos pré-existentes ao Contrato ou adquiridos com recursos a ele estranhos;
- III. Adoção de práticas de planejamento sistemático das ações da Organização Social, mediante instrumentos de programação, orçamentação, acompanhamento e avaliação de suas atividades, de acordo com as metas pactuadas.
- IV. Obrigatoriedade de publicação ao final do Contrato, no Diário Oficial do Município, de demonstrações financeiras, elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade e do relatório de execução do contrato;
- V. Estipulação de limites e critérios para remuneração e vantagens, de qualquer natureza, a serem direcionadas aos dirigentes, e empregados da Organização Social, no exercício de suas funções;
- VI. Comprovação de que a Organização Social possui regulamento próprio para contratação de obras e serviço, compras e contratação de pessoal com recursos públicos concedidos a título de fomento, atendendo aos princípios constitucionais da Administração Pública;
- VII. Conhecimento das alterações de perfil epidemiológico do território adstrito a Unidade Assistencial que interfiram na operacionalização dos serviços.





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

- VIII. Garantia de suprimento dos equipamentos, correlatos, acessórios e insumos para manutenção da rede lógica da informática – TIC, incluídos os softwares e provedores necessários para o funcionamento da Rede de Informação e Comunicação virtual (internet), conforme definições do Anexo VI – Proposta do Núcleo de Tecnologia da Informação, como responsabilidade da OS;
- IX. Definição pela Organização Social, quanto ao Regulamento de reposição do material médico hospitalar e de consumo, necessários a boa funcionalidade da Unidade Assistencial;
- X. A Organização Social poderá contratar profissional com remuneração superior aos limites estabelecidos na programação, em casos excepcionais, e caráter temporário, mediante autorização prévia e expressa do órgão deliberativo, visando à continuidade da prestação dos serviços;
- XI. Disponibilização à Organização Social pela Secretaria Municipal da Saúde de instalações físicas do HCAMP conforme determina o projeto arquitetônico mediante documentação patrimonial;
- XII. Manutenção pela Organização Social do Alvará Sanitário da Unidade Assistencial atualizado junto à Vigilância da Saúde Municipal.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**ANEXO II**  
**PROPOSTA DO NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI**

**Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC**

Definir e assumir a Gestão de Tecnologia da Informação (TI), responsabilizando-se com a aquisição e suprimento dos equipamentos, correlatos, acessórios e insumos para IMPLANTAÇÃO DA REDE LÓGICA incluindo aí os softwares e provedores necessários para ideal funcionamento da Rede de Informação e Comunicação virtual (internet), devendo possuir um sistema de informação (HIS) que contenha os módulos que automatizam a maioria dos processos primários e de apoio de um hospital, dentre os quais:

- Cliente;
- Controle de Prontuário;
- Internação;
- Laboratório;
- Imagem / Métodos Gráficos;
- Prescrição Eletrônica;
- Enfermagem;
- Controle de Infecção Hospitalar;
- Faturamento SUS (AIH, BPA, APAC, etc.);
- Prontuário Eletrônico do Paciente – PEP;
- Serviço de Atendimento ao Usuário – SAC;
- Serviço de Nutrição e Dietética;
- Lavanderia.

Observar ainda o comprometimento de aquisição e gerenciamento dos módulos que compõem o sistema integrado de gestão empresarial. Como os definidos a seguir:

- Materiais e Suprimentos (Compras, Recebimento Físico, Recebimento Fiscal, Controle de Estoques, Inventário);
- Financeiro (Contas a Receber, e a Pagar, Tesouraria, Conciliação Bancária, Fluxo de Caixa);
- Tributos;
- Contábil;
- Patrimônio;
- Orçamento e Custos;
- Recursos Humanos (Folha de Pagamento, Controle de Ponto, Medicina do Trabalho, Saúde Ocupacional);

Descrever as ações para alimentar e manter atualizados os bancos de dados nacionais<sup>1</sup> de saúde, forma regular conforme cronograma estabelecido pela SMS e manter atualizado o seu Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES).

E ainda como vai: garantir a habilitação no Ministério da Saúde de serviços de saúde específicos do Hospital de Campanha, a serem definidos pela SMS.

Garantir o encaminhamento e atendimento do usuário de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra referência do SUS, ressalvadas as situações de urgência e emergência. Submeter-se aos critérios de autorização e regulação estabelecidos pela SMS.

Garantir as condições técnicas e operacionais para a manutenção das licenças e alvarás nas repartições competentes, necessárias à execução dos serviços objeto do contrato.

<sup>1</sup> Sistema de Informação Ambulatorial (SIA), Sistema de Informação Hospitalar (SIH) e Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) demais Sistemas utilizados pelo Ministério da Saúde.



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**ANEXO III - EQUIPAMENTOS HOSPITAL DE CAMPANHA**  
**MOBILIÁRIOS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA A ESTRUTURA MODULAR HOSPITALAR**

| <b>LEITOS UTI</b>  | <b>50 leitos</b> |
|--|------------------|
| <b>EQUIPAMENTOS</b>  | <b>QTE</b>       |
| Aparelho de Rx Móvel   | 2                |
| Aquecedor de líquidos para infusão   | 10               |
| Aspirador de Secreção Portátil   | 10               |
| Balança antropométrica digital   | 5                |
| Biombo Hospitalar Sanfonado  | 25               |
| Bomba de Infusão de Seringa -Comodato( 1 Bomba para cada 10 equipos adquiridos); 4 Bombas para cada leito                            | 200              |
| Cadeiras de rodas adulto   | 5                |
| Carro de curativo  | 10               |
| Carro de emergência  | 10               |
| Carros para transporte de materiais diversos fechado   | 10               |
| Cama Fawler Mecânica   | 50               |
| Carro Maca   | 3                |
| Cardioversor/ Desfibrilador( 1 para cada 05 leitos)  | 10               |
| Escada de 2 degraus  | 50               |
| Eletrocardiógrafo  | 5                |
| Gerador de fluxo com ajuste de Fio2 (CPAP) 6   | 30               |
| Hemogasometro (comodato)   | 02               |
| Laringoscópio, de fibra ótica, Adulto  | 10               |
| Laringoscópio, de fibra ótica, Pediátrico  | 10               |
| Máquina para hemodiálise ( <b>hemolenta</b> )  | 5                |
| Marca Passo Cardíaco Externo   | 10               |
| Medidor de CUFF (para verificar a pressão do balonete que sela a traquéia para evitar passagem do conteúdo gastrico para os pulmões) | 5                |
| Mesa auxiliar em Inox  | 20               |
| Mesa mayo  | 15               |
| Módulo de Capnografia  | 50               |
| Módulo de Débito Cardíaco  | 15               |
| Monitor Multiparamétrico   | 50               |
| Negatoscópio de 2 corpos   | 5                |
| Oftalmoscópio  | 5                |
| Osmose reversa portátil para hemodiálise   | 5                |
| Otoscópio  | 5                |
| Oxímetro de Pulso  | 5                |
| Poltrona reclinável para acompanhante  | 10               |
| Foco Refletor Ambulatorial   | 5                |
| Reanimador Adulto  | 60               |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

|                                       |     |
|---------------------------------------|-----|
| Reanimador Pediátrico                 | 10  |
| Refrigerador Compacto (Frigobar)      | 3   |
| Suporte de hamper                     | 10  |
| Suporte de soro                       | 50  |
| Suporte para Soro em Bomba de Infusão | 100 |
| Ventilador Pulmonar                   | 50  |
| Ventilador de Transporte              | 2   |
| Ventilômetro                          | 5   |

| <b>LEITOS ENFERMARIA</b>   | <b>40 leitos</b> |
|--|------------------|
| <b>EQUIPAMENTOS</b>  | <b>QTE</b>       |
| Aspirador de Secreção Portátil   | 5                |
| Balança antropométrica digital   | 2                |
| Biombo Hospitalar Sanfonado  | 2                |
| Bomba de Infusão de Seringa – Comodato (1 Bomba para cada 10 equipos adquiridos); 2 Bombas para cada leito | 80               |
| Cadeiras de rodas adulto   | 4                |
| Cama Fawler Mecânica   | 40               |
| Cardioversor/ Desfibrilador (1 para cada 10 leitos)  | 4                |
| Carro de curativo  | 4                |
| Carro de emergência  | 4                |
| Carros para transporte de materiais diversos fechado   | 5                |
| Eletrocardiógrafo  | 1                |
| Escada de 2 degraus  | 40               |
| Laringoscópio, de fibra ótica, Adulto  | 4                |
| Laringoscópio, de fibra ótica, Pediátrico  | 4                |
| Carro Maca   | 3                |
| Mesa auxiliar em Inox  | 20               |
| Mesa mayo  | 15               |
| Monitor multiparamétrico de cabeceira  | 5                |
| Monitor Multiparâmetros de Transporte  | 5                |
| Negatoscópio de 2 corpos   | 3                |
| Oftalmoscópio  | 2                |
| Otoscópio  | 2                |
| Oxímetro de Pulso  | 10               |
| Poltrona reclinável para acompanhante  | 10               |
| Foco Refletor Ambulatorial   | 2                |
| Reanimador Adulto  | 4                |
| Reanimador Pediátrico  | 4                |
| Refrigerador Compacto (Frigobar)   | 2                |





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

|                                       |    |
|---------------------------------------|----|
| Suporte de hamper                     | 5  |
| Suporte de soro                       | 40 |
| Suporte para Soro em Bomba de Infusão | 35 |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**ANEXO IV– METAS QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS**

**Metas quantitativas**

**1. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR**

**1.1 Indicador 01: Realizar 60 saídas hospitalares/mês\***

Peso: 40%

| ESPECIALIDADES          | Nº DE LEITOS | SAÍDAS/MÊS |
|-------------------------|--------------|------------|
| <b>Clínica Médica</b>   | 40           | 60         |
| <b>TOTAL SAÍDAS/MÊS</b> | <b>40</b>    | <b>60</b>  |

**1.2 Indicador 02: Realizar 1.350 diárias/mês\***

Peso: 60%

| UNIDADE DE CUIDADOS CRÍTICOS | Nº DE LEITOS | DIÁRIAS     |
|------------------------------|--------------|-------------|
| <b>LEITOS DE UTI</b>         | 50           | 1.350       |
| <b>TOTAL DE DIÁRIAS</b>      | <b>50</b>    | <b>1350</b> |

**\*A avaliação das metas seguirá critérios de proporcionalidade, considerando as etapas de implantação dos leitos.**

**1.3 O indicador de aferição será a saída hospitalar, comprovada por AIH- Autorização de Internação Hospitalar.**

A Contratada deverá registrar, também, em relatório/sistema ou congênere, indicado pelo Contratante, minimamente: nome do paciente, data de nascimento, CPF, número do cartão SUS, número da AIH, nome da Clínica em que permaneceu em tratamento, data da admissão e da alta, motivo da alta hospitalar (cura, transferência externa, a pedido).

As metas quantitativas equivalem a 70% do valor do orçamento do custo variável, impactando, portanto, de forma equivalente sobre os recursos destinados ao contrato, de acordo com o desempenho do seu cumprimento, conforme quadro abaixo:

|                   |             |  |
|-------------------|-------------|--|
| Indicador 01 + 02 | ≥ a 91%     | 100% x 70% x do orçamento variável                       |
|                   | De 81 a 90% | 90% x 70% x do orçamento variável                        |
|                   | De 71 a 80% | 80% x 70% x do orçamento variável                        |
|                   | De 61 a 70% | 70% x 70% x do orçamento variável                        |
|                   | De 51 a 60% | 60% x 70% x do orçamento variável                        |
|                   | ≤ a 50%     | % igual ao % de desempenho x 70% x do orçamento variável |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**Metas qualitativas**

| <b>Indicador 1</b>         | <b><i>Implantar a Comissão Multidisciplinar de Análise e Revisão de Prontuários</i></b>   |
|----------------------------|---|
| Conceito                   | A Comissão Multidisciplinar de Análise e Revisão de Prontuários monitora e avalia através de auditorias quanti-quali dos registros realizados referentes à prestação de serviço na unidade            |
| Fórmula de Cálculo         | Comissão implantada já no início das atividades   |
| Fonte de verificação       | Súmula de reunião, relatório com a descrição da metodologia de análise e resultados e Plano de Ação com responsáveis e prazos   |
| Periodicidade              | Mensal  |
| Interpretação do Indicador | Quanto melhor o resultado das auditorias melhor   |
| Finalidade                 | Monitorar a qualidade dos registros de maneira quanti-qualitativa e direcionar ações para melhoria dos resultados encontrados   |
| Meta                       | 100% dos prontuários dos pacientes em observação aguardando regulação no período, com registro do resultado da auditoria e as ações realizadas para melhoria dos pontos identificados com fragilidade |
| Pontuação                  | 20  |

| <b>Indicador 2</b>         | <b><i>Implantar o Núcleo de Segurança do Paciente</i></b>   |
|----------------------------|---|
| Conceito                   | O Núcleo de Segurança do Paciente tem como objetivo legal a implantação de ações para garantia das metas nacionais de segurança do paciente conforme previsto em legislação   |
| Fórmula de Cálculo         | Núcleo implantado já no início das atividades   |
| Fonte de verificação       | Portaria de constituição, ata das reuniões, protocolos institucionais e listas de presença dos treinamentos   |
| Periodicidade              | Mensal  |
| Interpretação do Indicador | Protocolos de Segurança implantados conforme previsto na legislação   |
| Finalidade                 | Assegurar a qualidade da assistência prestada livre de danos inerentes da prestação do serviço  |
| Meta                       | Implantação dos protocolos de segurança conforme a Portaria MS/GM 529/2013<br>Identificação Segura do paciente; Protocolos e fluxos de Prevenção de Infecção; Comunicação; Prevenção de Queda e Lesão por pressão; Uso Seguro de Medicamentos (psicotrópicos, alta vigilância, termolábeis) |
| Pontuação                  | 30  |

| <b>Indicador 3</b> | <b><i>Implantar a Comissão de Análise e Revisão de Óbitos</i></b>   |
|--------------------|---|
| Conceito           | A Comissão de Análise e Revisão de Óbitos monitora e avalia através de análises dos registros da qualidade da assistência prestada se os óbitos poderiam ser evitados ou não devido gravidade do paciente |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

|                            |   |
|----------------------------|---|
| Fórmula de Cálculo         | Comissão implantada já no início das atividades   |
| Fonte de verificação       | Súmula de reunião, relatório com a descrição da metodologia de análise e resultados e Plano de Ação com responsáveis e prazos |
| Periodicidade              | Mensal  |
| Interpretação do Indicador | Quanto menor o número de óbitos evitáveis melhor  |
| Finalidade                 | Monitorar a qualidade da assistência prestada   |
| Meta                       | 100% dos óbitos analisados, com registro das ações realizadas de melhoria no caso dos óbitos considerados evitáveis           |
| Pontuação                  | 25  |

|                            |   |
|----------------------------|---|
| <b>Indicador 4</b>         | <b><i>Implantar a Comissão de Infecção hospitalar</i></b>   |
| Conceito                   | A Comissão de infecção hospitalar monitora e avalia a ocorrência de infecções, através de análises dos registros de acordo com a legislação vigente |
| Fórmula de Cálculo         | Comissão implantada em até 01 mês após o início das atividades  |
| Fonte de verificação       | Portaria de constituição e registro das Atas de reunião   |
| Periodicidade              | Mensal  |
| Interpretação do Indicador | Quanto menor o número de infecções melhor   |
| Finalidade                 | Monitorar a qualidade da assistência prestada   |
| Meta                       | Comissão implantada em até 01 mês após o início das atividades, com realização de pelo menos 01 reunião mensal                                      |
| Pontuação                  | 25  |

- Percentual de Cumprimento das Metas Qualitativas corresponde a pontuação alcançada relativa as metas pactuadas.

As metas qualitativas equivalem a 30% do valor do orçamento do custo variável, impactando, portanto, de forma equivalente sobre os recursos destinados ao contrato, de acordo com o desempenho do seu cumprimento, conforme quadro abaixo:

|             |  |
|-------------|--|
| ≥ a 91%     | 100% x 30% x do orçamento variável                       |
| De 81 a 90% | 90% x 30% x do orçamento variável                        |
| De 71 a 80% | 80% x 30% x do orçamento variável                        |
| De 61 a 70% | 70% x 30% x do orçamento variável                        |
| De 51 a 60% | 60% x 30% x do orçamento variável                        |
| ≤ a 50%     | % igual ao % de desempenho x 30% x do orçamento variável |



**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

ANEXO V – Quadro Orçamentário Analítico – Planilha de Custos – Lote 1;

**a) Quadro Orçamento sintético**

| ESPÉCIE      | VALOR EM R\$  |
|--------------|---------------|
| Valor Mensal | 5.080.611,13  |
| Valor Global | 30.483.666,78 |

**b) Quadro Orçamento analítico**

| DESPESAS DE CUSTEIO                             |                          |
|---|--------------------------|
| <b>1.RECURSOS HUMANOS</b>                       |                          |
| 1.1.Folha de Pagamento                          | R\$ 910.137,00           |
| 1.2.Provisionamento/ Encargos                   | R\$ 973.037,58           |
| 1.4.PJ Médica                                   | R\$ 1.112.400,00         |
| <b>TOTAL RECURSOS HUMANOS</b>                   | <b>R\$ 2.995.574,58</b>  |
| <b>2. MATERIAL DE CONSUMO</b>                   |                          |
| 2.1.Aquisição de bens não permanentes           | R\$ 776.514,00           |
| <b>TOTAL DE MATERIAL DE CONSUMO</b>             | <b>R\$ 776.514,00</b>    |
| <b>3.SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>                  |                          |
| 3.1.Contratos diversos                          | R\$ 499.685,00           |
| 3.2.Outros                                      | R\$ 0,00                 |
| <b>TOTAL DE SERVIÇOS DE TERCEIROS</b>           | <b>R\$ 499.685,00</b>    |
| <b>4.MANUTENÇÃO/ REPAROS/ ADEQUAÇÕES</b>        |                          |
| 4.1. MANUTENÇÃO/ REPAROS/ ADEQUAÇÕES            | R\$ 62.000,00            |
| <b>TOTAL DE MANUTENÇÃO/ REPAROS/ ADEQUAÇÕES</b> | <b>R\$ 62.000,00</b>     |
| <b>5.OUTRAS DESPESAS</b>                        |                          |
| 4.1.Utilidade Pública                           | R\$ 94.400,00            |
| 4.2.Rateio, Taxas e Impostos                    | R\$ 652.437,55           |
| <b>TOTAL DE OUTRAS DESPESAS</b>                 | <b>R\$ 746.837,55</b>    |
| <b>VALOR TOTAL MENSAL</b>                       | <b>R\$ 5.080.611,13</b>  |
| <b>VALOR TOTAL SEMESTRAL</b>                    | <b>R\$ 30.483.666,78</b> |

*[Handwritten signature]*

*Regenera*





**PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR**  
**Secretaria Municipal da Saúde**  
**Coordenadoria Administrativa**

**ANEXO VI – Quadro detalhado de despesa de Pessoal – Lote 1;**

| RECURSOS HUMANOS - PROJETO HCAMP WET'N WILD |               |    |              |            |           | LEITOS UTI 50 |           |            |          | LEITOS INTERNAMENTO 40 |              |        |        |          |        |                |          |          |            |             |                |             |  |
|---|---------------|----|--------------|------------|-----------|---------------|-----------|------------|----------|------------------------|--------------|--------|--------|----------|--------|----------------|----------|----------|------------|-------------|----------------|-------------|--|
| PROFISSIONAIS CLT                           | CARGA HORÁRIA | QT | SALÁRIO BASE | ADICIONAIS | SOM. SAL. | TOTAL RH      | DSS       | Sal. Educ. | SAT      | Seguro-Saúde           | Seguro-Saúde | Sebrae | Incrs  | FGTS     | PIS    | Total Encargos | 13º      | FÉRIAS   | TRANSPORTE | ALIMENTAÇÃO | TOTAL ENCARGOS | VALOR TOTAL |  |
| ÁREA DE TRABALHO - HCAMP                    |               |    |              |            |           |               | 20,00%    | 2,50%      | 3,00%    | 1,50%                  | 1,00%        | 0,60%  | 0,20%  | 8,00%    | 1,00%  | 37,80%         | 8,33%    | 11,11%   | 5,00%      | 6,87%       |                |             |  |
| Diretor Geral                               | 40h           | 1  | 18.000,00    | 209,00     | 18.209,00 | 18.209,00     | 3.641,80  | 455,23     | 546,27   | 273,14                 | 182,09       | 109,25 | 36,42  | 1.456,72 | 182,09 | 6.883,00       | 1.516,81 | 2.023,22 | 910,45     | 1.250,96    | 19.467,44      | 37.676,44   |  |
| Diretor Técnico (Médico)                    | 40h           | 1  | 15.000,00    | 209,00     | 15.209,00 | 15.209,00     | 3.041,80  | 380,23     | 456,27   | 228,14                 | 152,09       | 81,25  | 30,42  | 1.216,72 | 152,09 | 5.749,00       | 1.266,91 | 1.689,89 | 760,45     | 1.044,86    | 16.260,11      | 31.469,11   |  |
| Gerente Operacional de Enfermagem           | 40h           | 1  | 10.000,00    | 209,00     | 10.209,00 | 10.209,00     | 2.041,80  | 255,23     | 306,27   | 153,14                 | 102,09       | 61,25  | 20,42  | 816,72   | 102,09 | 3.659,00       | 850,41   | 1.134,33 | 510,45     | 701,36      | 10.914,56      | 21.123,56   |  |
| Engenheiro Clínico                          | 40h           | 1  | 7.000,00     | 209,00     | 7.209,00  | 7.209,00      | 1.441,80  | 180,23     | 216,27   | 108,14                 | 72,09        | 43,25  | 14,42  | 576,72   | 72,09  | 2.725,00       | 600,51   | 801,00   | 360,45     | 495,26      | 7.707,22       | 14.916,22   |  |
| Enfermeiro Núcleo de Epidemiologia          | 44h           | 1  | 3.200,00     | 209,00     | 3.409,00  | 3.409,00      | 681,80    | 85,23      | 102,27   | 51,14                  | 34,09        | 20,45  | 6,82   | 272,72   | 34,09  | 1.288,60       | 283,97   | 378,78   | 170,45     | 234,20      | 3.644,60       | 7.053,60    |  |
| Auxiliar Adm Núcleo de Epidemiologia        | 44h           | 1  | 1.530,00     | 209,00     | 1.709,00  | 1.709,00      | 341,80    | 42,73      | 51,27    | 25,64                  | 17,09        | 10,25  | 3,42   | 136,72   | 17,09  | 646,00         | 142,36   | 189,89   | 65,45      | 117,41      | 1.827,11       | 3.536,11    |  |
| Enfermeiro SCISS/Higienização               | 44h           | 1  | 3.200,00     | 209,00     | 3.409,00  | 3.409,00      | 681,80    | 85,23      | 102,27   | 51,14                  | 34,09        | 20,45  | 6,82   | 272,72   | 34,09  | 1.288,60       | 283,97   | 378,78   | 170,45     | 234,20      | 3.644,60       | 7.053,60    |  |
| Enfermeiro Gestão de Leito                  | 44h           | 4  | 3.200,00     | 209,00     | 3.409,00  | 13.636,00     | 2.727,20  | 340,80     | 409,08   | 204,54                 | 136,36       | 81,82  | 27,27  | 1.090,88 | 136,36 | 5.154,41       | 1.135,88 | 1.515,11 | 681,80     | 936,78      | 14.578,40      | 28.214,40   |  |
| Enfermeiro de Trabalho                      | 44h           | 1  | 3.200,00     | 209,00     | 3.409,00  | 3.409,00      | 681,80    | 85,23      | 102,27   | 51,14                  | 34,09        | 20,45  | 6,82   | 272,72   | 34,09  | 1.288,60       | 283,97   | 378,78   | 170,45     | 234,20      | 3.644,60       | 7.053,60    |  |
| Técnico Segurança do Trabalho               | 44h           | 1  | 1.700,00     | 209,00     | 1.909,00  | 1.909,00      | 381,80    | 47,73      | 57,27    | 28,64                  | 19,09        | 11,45  | 3,82   | 152,72   | 19,09  | 721,60         | 159,02   | 212,11   | 95,45      | 131,15      | 2.040,93       | 3.949,93    |  |
| TOTAL                                       |               | 13 |              |            |           | 78.317,00     | 15.663,40 | 1.957,93   | 2.349,51 | 1.174,76               | 783,17       | 469,90 | 156,63 | 6.265,36 | 783,17 | 29.603,83      | 6.523,81 | 8.701,69 | 3.915,85   | 5.380,36    | 83.729,57      | 162.046,57  |  |

|  |     |     |           |        |           |            |            |           |           |          |          |          |          |           |          |            |           |           |           |           |            |              |
|--|-----|-----|-----------|--------|-----------|------------|------------|-----------|-----------|----------|----------|----------|----------|-----------|----------|------------|-----------|-----------|-----------|-----------|------------|--------------|
| ÁREA DE TRABALHO - UTI-INTER-INTER-ADM |     |     |           |        |           |            |            |           |           |          |          |          |          |           |          |            |           |           |           |           |            |              |
| Coordenador Médico UTI                 | 44h | 1   | 15.000,00 | 209,00 | 15.209,00 | 15.209,00  | 3.041,80   | 380,23    | 456,27    | 228,14   | 152,09   | 81,25    | 30,42    | 1.216,72  | 152,09   | 5.749,00   | 1.266,91  | 1.689,89  | 760,45    | 1.044,86  | 16.260,11  | 31.469,11    |
| Coordenador Médico Internação          | 40h | 1   | 12.000,00 | 209,00 | 12.209,00 | 12.209,00  | 2.441,80   | 305,23    | 366,27    | 183,14   | 122,09   | 73,25    | 24,42    | 976,72    | 122,09   | 4.615,00   | 1.017,01  | 1.356,56  | 610,45    | 838,76    | 13.052,78  | 25.261,78    |
| Coordenador Enfermagem UTI             | 44h | 1   | 6.430,00  | 209,00 | 6.609,00  | 6.609,00   | 1.321,80   | 165,23    | 198,27    | 99,14    | 66,09    | 39,65    | 13,22    | 528,72    | 66,09    | 2.498,20   | 550,53    | 734,33    | 330,45    | 454,04    | 7.065,76   | 13.674,76    |
| Coordenador Enfermagem Internação      | 44h | 1   | 5.430,00  | 209,00 | 5.609,00  | 5.609,00   | 1.121,80   | 140,23    | 168,27    | 84,14    | 56,09    | 33,65    | 11,22    | 448,72    | 56,09    | 2.120,20   | 467,23    | 623,22    | 260,45    | 385,34    | 5.996,64   | 11.605,64    |
| Enfermeiro UTI                         | 36h | 27  | 2.830,00  | 209,00 | 3.009,00  | 81.243,00  | 16.248,60  | 2.031,08  | 2.437,29  | 1.218,65 | 812,43   | 487,46   | 162,49   | 6.499,44  | 812,43   | 30.709,85  | 6.767,54  | 9.027,00  | 4.062,15  | 5.581,39  | 86.857,79  | 168.100,79   |
| Enfermeiro Internação                  | 36h | 12  | 2.500,00  | 209,00 | 2.709,00  | 32.508,00  | 6.501,60   | 812,70    | 975,24    | 487,62   | 325,08   | 195,05   | 65,02    | 2.600,64  | 325,08   | 12.288,02  | 2.707,82  | 3.612,00  | 1.625,40  | 2.233,30  | 34.754,66  | 67.262,66    |
| Técnica de Enfermagem UTI              | 36h | 135 | 1.227,00  | 209,00 | 1.436,00  | 193.860,00 | 38.772,00  | 4.846,50  | 5.815,80  | 2.907,90 | 1.938,60 | 1.163,16 | 387,72   | 15.508,80 | 1.938,60 | 73.279,08  | 16.148,54 | 21.540,00 | 9.693,00  | 13.318,18 | 207.257,88 | 401.117,88   |
| Técnica de Enfermagem Internação       | 36h | 27  | 1.227,00  | 209,00 | 1.436,00  | 38.772,00  | 7.754,40   | 969,30    | 1.163,16  | 581,58   | 387,72   | 232,63   | 77,54    | 3.101,76  | 387,72   | 14.655,82  | 3.229,71  | 4.308,00  | 1.938,60  | 2.663,64  | 41.451,58  | 80.223,58    |
| Fisioterapia Internação                | 30h | 8   | 2.200,00  | 209,00 | 2.409,00  | 19.272,00  | 3.854,40   | 481,80    | 578,16    | 289,08   | 192,72   | 115,63   | 38,54    | 1.541,76  | 192,72   | 7.284,82   | 1.605,36  | 2.141,33  | 963,60    | 1.323,99  | 20.603,91  | 39.875,91    |
| Fisioterapia UTI                       | 30h | 28  | 2.830,00  | 209,00 | 3.009,00  | 84.252,00  | 16.850,40  | 2.106,30  | 2.527,56  | 1.263,78 | 842,52   | 505,51   | 168,50   | 6.740,16  | 842,52   | 31.847,26  | 7.018,19  | 9.361,33  | 4.212,60  | 5.788,11  | 90.074,75  | 174.326,75   |
| Agente de Portaria UTI/Internação      | 44h | 20  | 1.045,00  | 209,00 | 1.254,00  | 25.080,00  | 5.016,00   | 627,00    | 752,40    | 376,20   | 250,80   | 150,48   | 50,16    | 2.006,40  | 250,80   | 9.480,24   | 2.089,16  | 2.786,67  | 1.254,00  | 1.723,00  | 26.813,31  | 51.893,31    |
| Agente de Higienização UTI/Internação  | 44h | 26  | 1.045,00  | 209,00 | 1.254,00  | 35.112,00  | 7.022,40   | 877,80    | 1.053,36  | 526,68   | 351,12   | 210,67   | 70,22    | 2.838,96  | 351,12   | 13.272,34  | 2.924,83  | 3.901,33  | 1.755,60  | 2.412,19  | 37.538,63  | 72.650,63    |
| Lider Higienização UTI/Internação      | 44h | 4   | 1.230,00  | 209,00 | 1.409,00  | 5.636,00   | 1.127,20   | 140,90    | 169,08    | 84,54    | 56,36    | 33,62    | 11,27    | 450,88    | 56,36    | 2.130,41   | 469,48    | 626,22    | 281,80    | 387,19    | 6.025,51   | 11.661,51    |
| Auxiliar Administrativo                | 44h | 20  | 1.230,00  | 209,00 | 1.409,00  | 28.180,00  | 5.636,00   | 704,50    | 845,40    | 422,70   | 281,80   | 169,08   | 56,36    | 2.254,40  | 281,80   | 10.652,04  | 2.347,39  | 3.131,11  | 1.409,00  | 1.935,97  | 30.127,55  | 58.307,55    |
| Lider Portaria Administrativo          | 44h | 2   | 1.230,00  | 209,00 | 1.409,00  | 2.818,00   | 563,60     | 70,45     | 84,54     | 42,27    | 28,18    | 16,91    | 5,64     | 225,44    | 28,18    | 1.065,20   | 234,74    | 313,11    | 140,90    | 193,60    | 3.012,76   | 5.830,76     |
| TOTAL                                  |     | 315 |           |        |           | 566.369,00 | 117.273,80 | 14.659,23 | 17.591,07 | 8.795,54 | 5.863,69 | 3.518,21 | 1.172,74 | 46.909,52 | 5.863,69 | 221.647,48 | 48.844,54 | 65.152,11 | 29.318,45 | 40.283,55 | 626.893,61 | 1.213.262,61 |

ÁREA DE TRAB - ALMOXARIFADO -  
FARMÁCIA - LABORATÓRIO -  
NUTRIÇÃO/PRODUÇÃO -  
INTERNAÇÃO - UTI

[illegible]

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse [www.tc.df.gov.br/autenticidade](http://www.tc.df.gov.br/autenticidade) e informe o e-DOC 61C9CBCE



que segue:

I - Receber os Relatórios e Prestação de Contas da Organização Social acerca da execução do Contrato nº 227/2020 na forma estabelecida;

II - Analisar, avaliar e emitir parecer técnico acerca dos resultados alcançados pela OS na execução do Contrato;

III - Encaminhar Relatórios de Acompanhamento SMS ao titular e ao Órgão Deliberativo da OS, até o último dia do mês subsequente ao encerramento, de cada mês, do exercício financeiro para conhecimento e ajuste que se façam necessários;

IV - Dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões;

V - Comunicar ao titular da SMS, acerca de qualquer irregularidade na utilização dos recursos ou bens relacionados ao Contrato em tela.

Parágrafo único. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato poderá realizar diligências a qualquer tempo, para verificar a autenticidade das informações apresentadas ou para dar cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 16 de abril de 2020.

**LEONARDO SILVA PRATES**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

## SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

### Portaria nº 151/2020

O Secretário Municipal da Saúde, no uso de suas atribuições legais, conforme disposto no capítulo IV da Lei Municipal nº 8.631 de 25 de julho de 2014 e na Seção II do Decreto Municipal nº 28.232 de 28 de dezembro de 2016.

Resolve:

Art. 1º Constituir Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato de Entidade qualificada

como Organização Social - OS para atuar na Gestão, Planejamento, Operacionalização e Execução das Ações e Serviços de Saúde no Hospital de Campanha WET 'N WILD, na forma estabelecida no contrato nº 230/2020, firmado entre o Município/ Secretaria Municipal de Saúde e a Organização Social (OS) ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO-ASM.

Art. 2º A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ao Contrato será composta pelos servidores: Ivan de Mattos Paiva Filho - matrícula nº 3121017, que a presidirá. Aline Ribas Florêncio - matrícula nº 989642 e Sheila Araujo Matos - matrícula 3153844.

Art. 3º Cabe à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do contrato, assim constituída, além das competências previstas na lei nº 8.631/2014, Lei nº 8.666/1993 e Decreto nº 28.232/2016, o que segue:

I - Receber os Relatórios e Prestação de Contas da Organização Social acerca da execução do Contrato nº 230/2020 na forma estabelecida;

II - Analisar, avaliar e emitir parecer técnico acerca dos resultados alcançados pela OS na execução do Contrato;

III - Encaminhar Relatórios de Acompanhamento SMS ao titular e ao Órgão Deliberativo da OS, até o último dia do mês subsequente ao encerramento, de cada mês, do exercício financeiro para conhecimento e ajuste que se façam necessários;

IV - Dirimir ou esclarecer eventuais dúvidas ou omissões;

V - Comunicar ao titular da SMS, acerca de qualquer irregularidade na utilização dos recursos ou bens relacionados ao Contrato em tela.

Parágrafo único. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato poderá realizar diligências a qualquer tempo, para verificar a autenticidade das informações apresentadas ou para dar cumprimento ao disposto neste artigo.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Salvador, 16 de abril de 2020.

**LEONARDO SILVA PRATES**  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE

## SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS

### RESUMO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2015

PROCESSO: Nº 13575/2016

DO CONTRATO: Pelo presente termo e na melhor forma de direito, acordam as partes em prorrogar o prazo da prestação dos serviços por mais 90 (noventa) dias, com início em 25/03/2020 e término em 24/06/2020, permanecendo o valor mensal estimado de R\$ 7.352,52 (sete mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

CONTRATADA: ED MAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA-ME

CNPJ: 18.865.155/0001-56

DATA DA ASSINATURA: 23/03/2020.

AMPARO LEGAL: Art. 57, II da Lei n.º 8.666/93

RESPONSÁVEL LEGAL: Edmilson Sales de Freitas

Salvador, 17 de abril de 2020.

**LEONARDO SILVA PRATES**  
Secretaria Municipal da Saúde

CNPJ: 08.316.075/0001-98

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2020

AMPARO LEGAL: Leis Federais nº 8.666/1993 e 13.979/2020

RESPONSÁVEL LEGAL: José Osmar dos Santos

Salvador, 17 de abril de 2020.

**LEONARDO SILVA PRATES**  
Secretaria Municipal da Saúde

### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 230/2020

PROCESSO nº 6352/2020

OBJETO: Contratação de entidade qualificada como Organização Social (OS) para atuar na Gestão, Planejamento, Operacionalização e Execução das ações e serviços de saúde no Hospital de Campanha (HCAMP-WET 'N WILD) - Lote 1, conforme condições estabelecidas no Projeto Básico.

VALOR GLOBAL: R\$ 30.483.666,78 (trinta milhões quatrocentos e oitenta e três mil seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e oito centavos)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projetos/Atividades 10.302.0002.232900; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fonte de Recursos 091.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO SAÚDE EM MOVIMENTO - ASM

CNPJ: 27.324.279/0001-15

DATA DA ASSINATURA: 17/04/2020

AMPARO LEGAL: Leis Federais nº 8.666/1993 e 13.979/2020

RESPONSÁVEL LEGAL: Regina Célia Marques de Souza Silva

Salvador, 20 de abril de 2020.

**LEONARDO SILVA PRATES**  
Secretaria Municipal da Saúde

### RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 232/2020

PROCESSO nº 6211/2020

OBJETO: contratação de empresa especializada para montagem e preparação de estrutura temporária, tipo postos modulares de saúde, com leitos para atendimentos ambulatoriais e de tratamento intensivo.

VALOR GLOBAL: R\$ 1.471.200,00 (um milhão quatrocentos e setenta e um mil e duzentos reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Projetos/Atividades 10.302.0002.232900; Elemento de Despesa 3.3.90.39; Fonte de Recursos 091.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 180 (cento e oitenta) dias.

CONTRATADA: SOUL EVENTOS LTDA-ME